



Reunião da Câmara Municipal  
10/01/2020 → 14/01/2020  
Ordem do dia  
Assunto nº 3

18

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PARECER	<b>DESPACHO/DELIBERAÇÃO</b> Presente na Reunião de 14/01/2020 DELIBERAÇÃO: Aprovado por <i>[Assinatura]</i> O Presidente da Câmara
Destinatário	Presidente da Câmara
Remetente	Chefe de Divisão
Assunto	Orçamentação e gestão de despesas com pessoal; Artigo 31º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

Informação n.º 01-CMNP/2020, de 07/01/2020.

1. – Enquadramento legal.

Estabelece o artigo 31º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que o orçamento dos órgãos ou serviços deve prever os seguintes encargos relativos aos trabalhadores:

- a) Encargos relativos a remunerações;
- b) Encargos relativos aos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal aprovado e para os quais se preveja o recrutamento;
- c) Encargos com alterações do posicionamento remuneratório;
- d) Encargos relativos a prémios de desempenho;

Compete ao dirigente máximo do serviço decidir sobre o montante máximo de cada um dos tipos de encargos, podendo optar, sem prejuízo do disposto no n.º 7 do artigo 156º, pela afetação integral das verbas orçamentais correspondentes a apenas um dos tipos.

A decisão é tomada no prazo de 15 dias após o início da execução do orçamento, devendo discriminar as verbas afetas a cada tipo de encargo, podendo ser alterada ao longo da execução do orçamento de acordo com os seguintes critérios:

a) Quando não seja utilizada a totalidade das verbas orçamentais destinadas a suportar o tipo de encargos referentes a:

- i) Postos de trabalho previstos no mapa de pessoal aprovado e para os quais se preveja o recrutamento;
- ii) Encargos com alterações de posicionamento obrigatório;

A parte remanescente acresce às destinadas a suportar o tipo de encargos referentes a prémios de desempenho.

No decurso da execução orçamental, os montantes orçamentados referentes a:

- a) Encargos relativos a remunerações;
- b) Encargos com alterações do posicionamento remuneratório;
- c) Encargos relativos a prémios de desempenho;

Não podem ser utilizadas para suprir eventuais insuficiências orçamentais no âmbito das restantes despesas com pessoal.

No caso de desocupação permanente de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal e anteriormente ocupados, podem as correspondentes verbas orçamentais acrescer ao montante previsto para os encargos com o recrutamento de trabalhadores.

## **2. - PROPOSTA**

À consideração do Sr. Presidente para propor à Câmara Municipal o seguinte:

Fixar os **montantes máximos** abaixo indicados:

Encargos	Classificação económica	Dotação orçamental €
Remunerações (titulares dos órgãos autárquicos)	01.01.01	106 000,00
Remunerações (pessoal em funções)	01.01.04.01	1 040 000,00
Pessoal a contrato a termo incerto	01.01.06.01	39 000,00
Subsídio de férias e natal	01.01.14	179 700,00
Remunerações (pessoal em qualquer outra situação /membros do Gabinete de Apoio)	01.01.09	62 000,00
Subsídio de férias e natal	01.01.14	10 500,00
Novos recrutamentos em regime de contrato individual de trabalho	01.01.04.04	33 000,00
Subsídio de Férias e de Natal	01.01.14	10 800,00
Alterações de posicionamento remuneratórios	01.01.04.02	2 000,00
Promoções		
Prémios de desempenho	---	---

O Chefe de Divisão

  
(Carlos Manuel Neves Paiva)